

## **Manifestação da Associação Brasileira de Defesa ao Patrimônio Geológico e Mineiro (AGeoBR) sobre a implantação da multi-tirolesa e expansão de área construída no Monumento Natural do Pão de Açúcar**

A Associação Brasileira de Defesa do Patrimônio Geológico e Mineiro, cuja sigla é **AGeoBR**, é uma entidade civil, com natureza privada, fins não lucrativos e sem cunho político ou partidário, destinada a servir desinteressadamente aos estudiosos do Patrimônio, em especial o patrimônio natural vinculado às Geociências e à Mineração. Assim sendo, nossa associação tem por responsabilidade se manifestar sobre a situação envolvendo as obras e a descaracterização do conjunto dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca.

Por sua relevância ímpar, esses maciços rochosos foram tombados pelo Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) em 1973 e estão, desde 2006, protegidos pela legislação ambiental ao se tornarem Unidade de Conservação Integral (Monumento Natural do Pão de Açúcar). Além disso, foram declarados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como Patrimônio Mundial em 2012.

Recentemente, esse conjunto foi reconhecido pela União Internacional de Ciências Geológicas (IUGS) como um dos 100 sítios de Patrimônio Geológico de relevância mundial. Um Patrimônio Geológico da IUGS é um local com elementos geológicos de relevância científica internacional. O Pão de Açúcar foi inserido neste importante grupo por possuir estruturas geológicas que remontam à conexão Brasil-África, ocorridas há cerca de 560 milhões de anos. Dobras geológicas esculpidas em suas paredes fazem parte da megaestrutura responsável por esculpir a paisagem do Rio de Janeiro, tal como a conhecemos hoje. Além disso, o Gnaisse facoidal, um tipo de rocha encontrada em abundância no Pão de Açúcar, foi carinhosamente nomeada como a mais carioca das rochas pela geóloga Kátia Mansur, uma vez que essa rocha (retirada de outros locais na cidade) foi utilizada em diversas construções em toda a área central do município e está presente na maioria dos prédios históricos.

A **Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra**, documento de amplitude mundial, foi o primeiro dedicado aos bens de origem geológica e nele ficou evidente o reconhecimento da geodiversidade como patrimônio e também a urgência de protegê-lo ao mencionar que *“A humanidade e a Terra compartilham uma mesma*

*herança, um patrimônio comum. Nós e a administração pública somos responsáveis pela guarda e proteção desse patrimônio. Todos os seres humanos devem compreender que a menor depredação do patrimônio geológico é uma mutilação que conduz a sua destruição, a uma perda irremediável. Todas as formas de desenvolvimento devem respeitar e levar em conta o valor e a singularidade deste patrimônio”.*

Diante do exposto, manifestamos a nossa posição contrária à decisão da Companhia Caminho Aéreo do Pão de Açúcar (CCAPA) de construir uma multi-tirolesa entre ambos, com quatro linhas paralelas. Destacamos que o projeto foi aprovado pelo IPHAN com a ressalva de que não houvesse a expansão da área, porém, diferente do que sustenta a CCAPA, é possível observar **cerca de 600m<sup>2</sup> de novas construções**. É importante alertar à sociedade que a CCAPA vem expandindo sua área de ocupação ano a ano. Esta expansão tem se demonstrado estratégica e periódica, pois a empresa protocolou mais 07 (sete) processos no IPHAN, vários com acréscimo de área. Em dezembro de 2022, o escritório do arquiteto Índio da Costa apresentou o projeto para os dois morros em sua versão final ( 01500.002971/2022-30) com cerca de **2 mil metros de acréscimo de área**.

O maciço do Complexo do Pão de Açúcar vem sendo moldado por um processo contínuo de alívio de pressão provocando fraturas próximas à superfície. Por isso, **a implantação de uma tirolesa requer uma fundação profunda na rocha e, por tal motivo, pode desestabilizar essa rede de fraturas, podendo causar novos desprendimentos de rocha**. Portanto, há uma questão de integridade física e de segurança, sendo nosso papel alertar à sociedade civil e aos governantes sobre os riscos que envolvem essa intervenção.

Por todo o exposto acima, nós da AGeoBR solicitamos aos órgãos de públicos, em especial ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que, além de uma consulta pública para profunda avaliação do caso, a Associação Brasileira de Proteção do Patrimônio Geológico e Mineiro (AGeoBR) seja consultada para emissão de parecer sobre esse e os futuros casos que envolvam o patrimônio geológico brasileiro.